Ministério inclui CoronaVac

Um dia depois de ser liberada pela Anvisa, Saúde recomendará a aplicação do imunizante para a faixa etária de 6 a 17 anos

» MARIA EDUARDA CARDIM
» GABRIELA BERNARDES*

B?rbara Cabral/Esp. CB/D.A Press



Saúde tem estocadas cerca de 3 milhões de doses da CoronaVac e comprará o necessário para distribuir às unidades da Federação

O Ministério da Saúde incorporou a CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan, de São Paulo, sob licença da farmacêutica chinesa Sinovac, à campanha de vacinação de crianças e adolescentes. A decisão foi comunicada, ontem, pela pasta, um dia depois de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter aprovado o uso emergencial para a imunização contra a covid-19 para a faixa etária de 6 aos 17 anos.

De acordo com o ministério, o Butantan foi procurado para verificar quantas doses do imunizante há disponíveis para pronta entrega — a instituição anunciou que pode adiantar 7 milhões. O novo contrato de fornecimento, porém, não foi fechado, pois a pasta ainda dispõe de doses da CoronaVac em estoque.

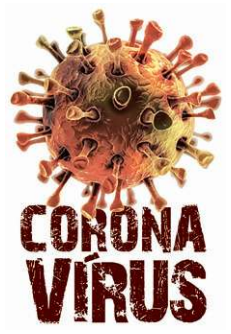
Aliás, segundo o Butantan, a quantidade pode aumentar conforme interesse do governo federal. O instituto Butantan começou a fornecer para o governo de São Paulo outros 8 milhões de doses, que estão sendo repassadas aos 645 municípios paulistas.

Inventário

Segundo o secretário-executivo do ministério, Rodrigo Cruz, 6 milhões de unidades da CoronaVac estão estocadas e podem ser distribuídas aos estados para a vacinação de crianças e adolescentes. O medicamento será o mesmo aplicado em adultos, pois foi desenvolvido por meio do tradicional método de utilização do vírus inativado. No entanto, antes de remeter, a pasta consultará os estados sobre a necessidade de receberem mais doses.

"A ideia é ver com os estados quantas tem na rede estadual e municipal para que a gente faça uma distribuição mais equânime dessas doses. Inclusive, solicitar que nos informem se têm desejo de receber a CoronaVac e a Pfizer. A partir daí, vamos distribuir os 6 milhões de doses do estoque", disse Rodrigo Cruz. Esse levantamento dos estados e municípios será encaminhado ao ministério até segunda-feira.

A pasta calcula que existem aproximadamente 3 milhões de doses da CoronaVac na rede de frios dos estados que podem ser utilizadas, imediatamente, na vacinação de crianças e adolescentes. Rodrigo Cruz explicou, ainda, que o ministério identificou 12 estados com estoque baixo da vacina — Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Sergipe, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Tocantins, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina — e que, para suprir uma necessidade inicial, enviará novas doses. Serão aproximadamente 733 mil doses para suprir a emergência.



"Todos aqueles estados que apresentaram uma disponibilidade abaixo de 40 mil no estoque, o ministério mandará de forma emergencial o quantitativo de doses suficientes para poder imunizar 10% da população na faixa etária a que são destinadas. Para que eles não fiquem parados na imunização deste grupo", informou.

Depois desse envio de doses do estoque, o ministério terá a real noção de o quanto será necessário comprar do Butantan. "Quando a gente receber todas as informações dos estados de quantitativo de doses, o ministério vai conversar com o Butantan e, se necessário, a gente pode adquirir novas doses", salientou Cruz.

Alta de doença respiratória

O Boletim InfoGripe, divulgado ontem pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sinaliza um forte crescimento dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) na tendência de longo prazo (últimas seis semanas) e de curto prazo (últimas três semanas).

O número de novos casos de SRAG estimados para a Semana Epidemiológica 2 (SE 2), correspondente ao período de 9 a 15 de janeiro, é de cerca de 19,3 mil casos (média entre 17,5 mil e 21,4 mil), enquanto a estimativa para a SE 1 é de 15,8 mil (média entre 15 mil e 16,5 mil). A média móvel na SE 2 foi de 16 mil casos semanais, representando um aumento de 23% em relação à SE 1 — cuja média foi de 13 mil casos.

Em 22 unidades da Federação, houve pelo menos uma macrorregião de saúde com nível de casos semanais de SRAG classificado como muito alto ou extremamente alto, englobando 73 das 118 macrorregiões de saúde do país. Todos os estados que apresentam sinal de crescimento na tendência de longo prazo estão com o indicador em nível forte (probabilidade maior que 95%), exceto Rondônia, que apresenta sinal moderado (probabilidade maior que 75%). Para as conclusões sobre a SE 2, encerrada em 15 de janeiro, a análise tem como base os dados inseridos no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) até 17 de janeiro.

Em relação às capitais, observa-se que 24 das 27 capitais apresentam sinal de crescimento na tendência de longo prazo (últimas seis semanas) até a SE 2. Apenas Boa Vista (RR), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) não sinalizam aumento. No entanto, a capital fluminense aponta subida na tendência de curto prazo (últimas três semanas).

"No Rio, onde houve a maior distância entre o início da epidemia de Influenza e a retomada do crescimento da covid-19, que levou a uma oscilação no número de novos casos no mês de dezembro, observa-se que o crescimento da covid-19 já se sobrepõe à queda nos casos associados à gripe, fazendo com que os novos casos de SRAG mantenham sinal de crescimento", afirma o pesquisador Marcelo Gomes, coordenado do InfoGripe.

Dentre os casos positivos deste começo de ano, 22,6% são Influenza A, 0,2% Influenza B, 3,6% vírus sincicial respiratório (VSR) e 64,4% covid-19. Foram notificados 11.477 casos de SRAG, sendo 3.259 (28,4%) com resultado laboratorial positivo para algum vírus respiratório, 3.117 (27,2%) negativos e 4.034 (35,1%) ainda aguardando resultado laboratorial.

O final de 2021 foi marcado por uma epidemia de Influenza A em todo o país, seguida de retomada do crescimento nos casos de SRAG associados à covid-19 a partir da segunda quinzena de dezembro.

Tendências

Em 25 dos 27 estados há pelo menos uma macrorregião de saúde com sinal de crescimento nas tendências de longo ou curto prazo: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Tocantins, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Rondônia e Roraima são os únicos estados em que as tendências de longo e curto prazo têm sinal de queda ou estabilização.

Em relação às estimativas de nível de casos de SRAG para as macrorregiões de saúde, há duas em nível epidêmico; 43 em nível alto; 53 em nível muito alto e 20 em nível extremamente alto.

Carlos Mesquita/Agencia O Dia



Escolas vão desfilar, se a pandemia der uma trégua, no feriado prolongado do Dia de Tiradentes

Desfile das escolas é adiado

Em uma decisão conjunta, as prefeituras de São Paulo e do Rio de Janeiro decidiram adiar os desfiles das escolas de samba, que estavam marcados para o feriado de carnaval, no fim de fevereiro — o do grupo especial paulistano começaria no dia 25 e o carioca, no dia 27. A decisão foi anunciada, ontem, depois de uma reunião entre os prefeitos Ricardo Nunes, de São Paulo, e Eduardo Paes, do Rio. A nova data será no feriado prolongado de Tirandentes, em 21 de abril — isso se a onda de Influenza tiver recuado e a pandemia de covid-19 der uma trégua.

"A decisão foi tomada em respeito ao atual quadro da pandemia de covid-19 no Brasil e a necessidade de, neste momento, preservar vidas e somar forças para impulsionar a vacinação em todo o território nacional", diz a nota conjunta assinada por Nunes e Paes.

> **A decisão foi tomada em respeito ao atual quadro da pandemia de covid-19 no Brasil e a necessidade de preservar vidas e somar forças para impulsionar a vacinação em todo o território nacional"**
>
> ***Trecho da nota conjunta dos prefeitos Eduardo Paes e Ricardo Nunes***

Na quinta-feira, a média móvel de casos de covid-19, que contabiliza o número de casos do novo coronavírus da última semana, foi de 110.047, o maior número desde o início da pandemia, e o terceiro recorde em três dias. A média de mortes foi em 237. No período de um dia, entre as últimas quarta e quinta-feiras, foram registradas 350 vítimas e 168.495 testes positivos para a covid.

Tanto o Rio quanto São Paulo decidiram cancelar, no começo de janeiro, a realização dos blocos de rua, pela falta de controle das multidões, mas até então vinham mantendo os desfiles das escolas de samba. Por conta disso, Paes disse que, também, há a possibilidade de transferir a saída dos blocos de rua para abril — mas, novamente, enfatizou que tudo depende do cenário da pandemia.

Para o presidente da Liga de SP, Sidnei Carriuolo Antonio, "foi uma atitude sensata". "A Liga tem um carinho muito grande por seus componentes, sofreu muito nos últimos dois anos e jamais os colocaríamos em risco. É uma atitude acertada", afirmou.

Em São Paulo, a prefeitura definiu as regras para os desfiles. A exigência do passaporte da vacina, com ao menos duas doses contra a covid-19, será cobrada para o público nas catracas de acesso. No caso dos componentes, as escolas deverão realizar um pré-cadastro para identificar se estão com a imunização completa. Não vacinados não poderão acessar o local, nem como espectadores nem como integrantes das escolas de samba.

Todos deverão utilizar máscaras de proteção facial, incluindo as equipes técnicas e os fornecedores. A lotação será abaixo da habitual, com 70% dos espectadores em todos os setores — incluindo arquibancadas, camarotes e pista. Entre os integrantes das escolas de samba, a redução será de 25% no Grupo Especial (de 2 mil para 1,5 mil pessoas), de 20% no Acesso 1 (de 1 mil para 800) e de 37,5% no Acesso 1 (de 800 para 500).

Com as mudanças, a Liga das Escolas de Samba decidiu suspender, este ano, o julgamento do quesito "harmonia" — que avalia o envolvimento dos componentes ao cantar e interpretar o samba enredo, o que fica prejudicado por causa do uso das máscaras.

Vacina não causou distúrbio

» BERNARDO LIMA*
» GABRIELA CHABALGOITY*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

A Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SES) concluiu que a parada cardíaca sofrida por uma criança, em Lençóis Paulista, não foi causada pela vacina contra a covid-19 que ela recebeu. Na noite da última quarta-feira, a Prefeitura do município tinha publicado uma nota informando a suspensão da vacinação infantil contra o coronavírus após a menina, de 10 anos, sofrer a reação adversa 12 horas depois de se imunizar com uma dose da Pfizer — conforme recomenda o Ministério da Saúde para a faixa etária de 5 a 11 anos.

Por meio de nota, a SES assegurou que a criança foi reanimada em um hospital e segue em observação. Após a análise do Centro de Vigilância Epidemiológica, o imunizante foi descartado como motivo da parada cardíaca.

"Não existe relação causal entre a vacinação e quadro clínico apresentado", destacou a SES. O quadro clínico da criança foi decorrente de uma doença congênita rara, a Síndrome de Wolff-Parkinson-White, sobre a qual a família não tinha conhecimento.

"Essa é uma condição congênita que leva o coração a ter crises de taquicardia. Algumas dessas crises podem ter frequência muito alta, levando até a síncope ou morte súbita", explicou a nota da SES.

Segundo a secretaria, "todos os imunizantes aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) são seguros e eficazes". O uso da vacina pediátrica da Pfizer foi autorizado pela Anvisa em 16 de dezembro.

Defasagem de dados

Após o Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) constatar que o governo de São Paulo registra menos casos de covid-19 no estado do que a prefeitura da capital anota em suas estatísticas, a SES admitiu uma defasagem nos dados. Isso representa que infecções e mortes pela covid-19 podem estar subestimadas.

O governo paulista até disse que a prefeitura da capital não segue os critérios para diagnóstico estabelecidos pelo Ministério da Saúde, o que foi negado. Um fator possível para a discrepância é justamente o apagão de dados na pasta do governo federal — que, procurada pelo **Correio**, informou apenas que "todos os sistemas foram restabelecidos e não houve perda de dados".

"O apagão dos sistemas nacionais afetou não só São Paulo, mas todos os demais estados e municípios. As prefeituras e os serviços de saúde ainda podem inserir eventuais casos que não foram reportados no período da instabilidade dos sistemas federais", esclareceu a Secretaria de Saúde paulista.

***Estagiários sob a supervisão de Andreia Castro e de Fabio Grecchi**